

O CONCEITO DE DEMOCRACIA NOS LIVROS DIDÁTICOS DO PNLD 2018 E 2021

CAIO DOS SANTOS TAVARES

DIEGO DA SILVA GUIMARÃES QUEIROZ

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é realizar uma análise comparada dos livros didáticos da Editora Moderna do PNL D 2018 e 2021 a partir do conceito de democracia no que concerne os conteúdos da disciplina Sociologia Escolar. Para concretizar esse intuito utilizamos na pesquisa a técnica qualitativa de análise de conteúdo categorial. Para isso, em primeiro lugar buscamos entender o percurso histórico percorrido nas duas edições na primeira seção que é destinada a descrever como o livro Sociologia em Movimento (2018) operacionalizou o conceito de Democracia e na segunda que apresentamos o modo que a obra Moderna Plus – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (2021) também lidou com esse conceito. Em seguida, na terceira seção, exibimos uma análise comparativa das obras selecionadas e observamos os teóricos utilizados para dialogar sobre essa temática.

Palavras-chave: Democracia; livros didáticos; Sociologia Escolar.

1. INTRODUÇÃO

A Sociologia mediante a Lei nº 11.684 de 2008 volta a ser reintroduzida obrigatoriamente no currículo escolar. Contudo, somente em 2012 que o Plano Nacional de Livro Didático (PNLD) incluiu obras sociológicas com o intuito de auxiliar os professores/as em suas aulas.

O cenário começou a mudar com a Reforma do Ensino Médio. Cabe ressaltar que essa alteração ocorreu de forma apressada e com pouco debate público. A aprovação aconteceu primeiramente em 22 de setembro de 2016, por meio de Medida Provisória (MP 746/2016) e, em seguida, em 13 de fevereiro de 2017, por meio da Lei nº. 13.415, que mudou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Tal reforma está de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que vinha sendo elaborada desde 2016.

A Reforma realizada no Ensino Médio, estabeleceu inúmeras alterações, sendo elas: os novos direcionamentos para a formação dos professores/as (Resolução CNE 2019/2), a criação da BNCC e as transformações nos currículos estaduais e no do Programa Nacional do Livro (PNLD).

A edição de 2021 do PNLD passou por uma série de modificações, a começar pelo nome da política pública, doravante, nomeado como denominado Programa Nacional do Livro e do Material didático. Além disso, diferentemente do que vinha ocorrendo, as obras não são mais focadas nas disciplinas de Ciências Humanas, todavia por “área de conhecimento”.

Com isso, em cada obra os conteúdos de Filosofia, Geografia, História e Sociologia compõem um conjunto de seis volumes. Portanto, buscando atingir o objetivo de realizar uma abordagem de conteúdos de forma interdisciplinar, como preconizado na proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O efeito dessa medida pode fazer com que certos assuntos caros as disciplinas sejam abordadas de forma diferente, assim, influenciando os professores/as a utilizarem de um modo distinto o recurso didático.

É importante salientar que a produção das obras é resultado do contexto que se relaciona justificativa utilizada para o retorno da Sociologia ao ensino escolar foi da importância do seu conhecimento para a preparação dos jovens para o exercício da cidadania, algo que está assentado pelo artigo nº 36 da Nova Lei de Diretrizes e Bases que estabelece este como sendo um dos objetivos da educação básica.

A elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1999), leva em consideração que a finalidade da Sociologia nas escolas voltada para a formação da cidadania. Além disso, as Orientações Curriculares Nacionais (2006) também enaltece esse objetivo e propõem as diretrizes epistemológicas (estranhamento e desnaturalização) para o ensino da disciplina.

As mudanças realizadas na Lei de Diretrizes e Bases em 2008 que restabeleceu o retorno da Sociologia no currículo do Ensino Médio também enfatizam uma relação explícita entre Sociologia e a formação dos jovens para a cidadania.

Vale ressaltar que outras pesquisas apresentaram análise acerca da Democracia como Oliveira, Engerroff (2016) realizaram análise de seis manuais do professor dos livros didáticos aprovados no PNLD 2016 buscando identificar nos livros a relação estabelecida entre ensino de Sociologia e a cidadania. Schnekenberg (2019) visou compreender os seguintes temas e conceitos: Política; Poder; Dominação; Estado; Democracia; Governo, Regimes e Sistemas Políticos; Cidadania e Participação Social; Direitos e Movimentos Sociais foram mobilizados nos seis livros didáticos de Sociologia aprovados no PNLD 2015, 2016 e 2017. Schnekenberg e Bridi (2019) elaboraram uma análise acerca da forma como os conceitos de Democracia e Cidadania foram abordados nos livros didáticos de Sociologia aprovados pelo PNLD 2015 Tendo em vista esses estudos, nossa pesquisa visa responder a seguinte indagação: 1) A partir da comparação entre as obras Sociologia em Movimento (2018) e Moderna Plus– Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (2021) é possível perceber alguma alteração na abordagem feita sobre Democracia?

Foi levado em consideração nas escolhas dos livros os seguintes critérios: a) a Editora Moderna está representada nos dois editais 2018 e 2021, b). Os autores se repetem nas duas obras, com exceção de cinco escritores.

Para realizar esta pesquisa utilizamos a técnica qualitativa de análise de conteúdo categorial, como concebida por (BARDIN,2002). A partir de leituras aprofundadas e sistemáticas dos livros Sociologia em Movimento (2018) e Moderna Plus – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (2021) foram analisados com o objetivo de identificar as formas que o conceito Democracia é abordado nos livros didáticos de Sociologia para o ensino médio. Esse estudo realizou análise apenas dos capítulos que tratavam como tema central o conceito Democracia. Portanto, procuramos observar os seguintes aspectos: 1) Constar se existem distinção na maneira que é abordado as definições do conceito e autores que foram citados; 2)

Investigar categorias e temas que possuem relação com a democracia; 3) Verificar se as obras fazem recortes conceituais alicerçados em autores ou buscam apresentar uma tradição teórica; 4) Examinamos se a Democracia é apresentada aos discentes nos livros didáticos, caso seja, procuramos examinar quais são os sentidos utilizados; 5) Estabelecer parâmetro entre a definição de Bobbio (1983) sobre o conceito Democracia com os sentidos percebidos nas obras didáticas.

A importância do estudo está em contribuir com o acúmulo do conhecimento acerca dos impactos sobre o ensino de Sociologia escolar acerca das alterações provocadas pela Reforma do Ensino Médio, em especial, o novo PNLD (2021 – 2024). Devemos levar em consideração que no contexto as obras são recursos didáticos amplamente operacionalizados no processo de ensino e aprendizado nas escolas brasileiras, possuindo uma importante contribuição com a prática docente.

Este artigo está estruturado em três seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção é destinada a descrever como o livro Sociologia em Movimento (2018) operacionalizou o conceito de Democracia. Na segunda seção apresentamos o modo que a obra Moderna Plus – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (2021) mobilizou o conceito. A terceira seção exibiremos uma análise comparativa das obras selecionadas.

2. O CONCEITO DE DEMOCRACIA NO LIVRO DIDÁTICO DO PNLD DE 2018 SOCIOLOGIA EM MOVIMENTO

O livro Sociologia em Movimento (2018) aborda a temática Democracia no capítulo 7 nomeado como Democracia, Cidadania e Direitos Humanos. Logo no início na seção “Primeiras palavras” é apresentado aos estudantes o contexto das manifestações de junho de 2013.

É interessante notar a escolha dos autores em iniciar com os protestos de rua, visa enfatizar uma visão de Democracia que não se restringe ao voto. Tal constatação pode ser identificada quando aponta que Democracia “é comumente utilizada para designar uma estrutura de organização da sociedade na qual a população participa de diversas maneiras de esferas de poder social” (SILVA et al., 2018, p. 21). Essa concepção possuiu paralelo com definição proposta pelo Bobbio (1983, p.319) “a Democracia, como Governo do povo, de todos os cidadãos, ou seja, de todos aqueles que gozam dos direitos de cidadania”. Nesse sentido, o

livro didático apresenta esse regime político como sendo condição *sine quo no* para a sua existência a participação da população.

Na segunda seção nomeada como “Democracia” é apresentada a etimologia da palavra que se remonta a Grécia antiga. Aqui é trazido uma outra definição sobre Democracia, um regime político que pressupõe a existência de um governo direto ou indireto da população mediante eleições regulares para os cargos administrativos do país, do estado ou do município” (SILVA et al., 2018, p. 22). Neste momento, é visto que a obra busca destacar o papel do governo no funcionamento da democracia.

A seguir no tópico “Expressões históricas da Democracia” é buscado apresentar como no decorrer da história ocidental tivemos duas expressões de democracia: a direta e a representativa. A obra inicia definindo a democracia direta “consiste na discussão, sem intermediários, das principais questões de interesse comum (SILVA et al., 2018, p. 175)”. Foi explicado o contexto da sociedade grega e como ocorria essa participação.

Na sequência é caracterizado a Democracia representativa e como foi consolidado na Europa com as revoluções burguesas na Europa. Foi enfatizado que “a participação dos cidadãos é indireta, periódica, formal e se expressa por meio das instituições eleitorais e dos partidos políticos”(SILVA et al., 2018, p. 175). Cabe enfatizar que os autores ressaltam que “surgiram questionamentos ao modelo representativo, na medida em que, em muitos casos, os representantes eleitos pelo voto popular costumam agir em defesa de interesses de grupos dominantes” (SILVA et al., 2018, p. 175). O livro não explicita que o modelo democrático representativo tem origem na concepção do liberalismo político. Para Bobbio (1983, p.324) “o fato mesmo de que a liberdade de participar, ainda que indiretamente, na formação do Governo esteja compreendido na classe das liberdades, mostra que, na concepção liberal da Democracia.

A partir dessa reflexão é explicado o modelo democrático participativo enaltecido como “alternativa de superação das deficiências do sistema representativo” (SILVA et al., 2018, p. 176). É apontado o objetivo da democracia participativa “visa propiciar uma ação política mais igualitária, baseada em grande número de grupos sociais, que, articulados em rede, contribuem para orientar as ações governamentais no sentido de atender as necessidades da maioria dos cidadãos”.

Na seção denominada Cidadania e direitos humanos é buscado relacionar as categorias “democracia, cidadania e direitos “uma sociedade será mais democrática à medida que os direitos de cidadania se ampliem

para uma quantidade maior de seus membros” (SILVA et al., 2018, p. 184). Somente nesta parte que a palavra democracia é citada. Diante disso, o livro define os direitos civis, políticos e sociais demonstrando a sua importância para a realização da cidadania, o contexto histórico da criação acerca dos direitos humanos e demarca que apesar de existir tais direitos em muitos momentos ocorreram violações.

O sentido do conceito Democracia explicado neste momento passa pela ampliação e consolidação dos direitos. Logo, ensinando aos discentes a importância para o funcionamento do regime político dos direitos e deveres. Na mesma direção os autores Amurabi e Engerroff (2016, p.254) ao analisarem essa obra em sua edição de 2013 observaram que o sentido da cidadania na obra, visto como “uma ação e composição jurídica de deveres e direitos relaciona-se com o ensino de sociologia, está voltada para a formação do cidadão, como condição final da prática educativa’.

Além disso, o livro Sociologia em Movimento em sua edição de 2018 busca apresentar uma breve história dos direitos. Essa cronologia também foi identificada por Schnekenberg e Bridi (2019) na edição da obra de 2013. Devemos elucidar que essa abordagem visa com isso desnaturalizar a concepção que tais direitos sempre existiram. Assim, buscam enfatizar que são conquistas adquiridas.

Na última seção chamada de Democracia, cidadania e direitos humanos no Brasil é apontado logo no início que “o sistema político brasileiro preencha, formalmente, os requisitos mínimos de uma poliarquia, ou seja, um sistema democrático em que o poder é atribuído com base em eleições livres e em que há ampla participação política e concorrência pelos cargos eletivos (SILVA et al., 2018, p. 187). A obra indica a contradição entre aquilo que está postulado na lei e o modo que a democracia é vivenciada na realidade social “essa estrutura formal não garante a democratização dos recursos socialmente produzidos, como bens, direitos e serviços básicos proporcionados pelo Estado (SILVA et al., 2018, p. 187).

É destacado a importância das leis que garantem direitos aos cidadãos, mas salienta que não basta somente a regras constituídas para ser efetivado o regime democrático. “Assim, destaca-se que a questão democrática vai além do estabelecimento das regras formais que caracterizam esse tipo de regime” (SILVA et al., 2018, p. 187). Com isso, essa “noção conjuga aspectos sociais e institucionais, apresentando uma análise rica da realidade brasileira, sendo, assim, discussão fundamental do ponto de

vista das ciências de referência e do ponto de vista da realidade de alunos e alunas” (SCHNEKENBERG, BRIDI, 2019, p.15).

Cabe ressaltar, que apesar da obra destacar que o funcionamento pleno da democracia não ocorre mediante apenas ao voto. Contudo, foi possível perceber que ao longo do capítulo os autores buscaram alicerçar a análise mediante uma abordagem mais institucionalista da democracia. Schnekenberg (2019, p. 388) também constatou em seu estudo nas obras do PNLD 2015 que “as abordagens mais institucionais apenas prevalecem quando o assunto são a democracia, o governo, os regimes e os sistemas políticos. Schnekenberg e Bridi (2019) identificaram o mesmo aspecto na edição do livro Sociologia em Movimento de 2013.

Isto ocorre, devido ao fato de a Ciência Política brasileira ter influência das correntes teóricas e metodológicas da Ciência Política norte-americana. Essa tradição epistemológica possuiu uma orientação institucionalista de realizar análise acerca da Democracia (SCHNEKENBERG, BRIDI, 2019), ou seja, observa as instituições para explicar a sociedade.

Além disso, o contexto de surgimento da Ciência Política brasileira era marcado pelo período da ditadura militar. Portanto, essa ciência buscou compreender as entranhas do autoritarismo brasileiro a partir das instituições (SCHNEKENBERG, BRIDI, 2019). Logo, as obras acabam sendo reflexo do modo como as pesquisas são realizadas no ambiente acadêmico (VALMORE, 2016).

O livro encerra a sua explicação acerca da democracia apontando a seguinte reflexão: “podemos dizer que o Brasil é uma democracia em construção, em todos os sentidos. O rumo e o alcance que ele terá vão depender da participação da população brasileira, em especial da juventude, nas lutas pela implantação dos direitos humanos para todos os cidadãos” (SILVA et al., 2018, p. 189). Assim, a obra didática exerce seu papel que é contribuir com processo de conscientização da cidadania e ainda incentiva os discentes a terem uma atuação ativa na atividade política.

3. O CONCEITO DE DEMOCRACIA NO LIVRO DIDÁTICO DO PNLD DE 2021 MODERNA PLUS: CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS.

O livro Moderna Plus: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (2021), obedecendo às mudanças do novo PNLD 2021, aborda os assuntos da disciplina de Sociologia de uma forma interdisciplinar com as outras

matérias da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Essa obra é composta por 6 volumes, e é possível observar que em dois deles, existem reflexões sobre o conceito de Democracia. No volume Poder e Política a discussão sobre essa temática é encontrada nos capítulos 1 e 2, respectivamente: Conceitos Fundamentais de Filosofia Política e Poder, Política e Democracia. Já o volume Globalização, Emancipação e Cidadania trata desse tema no capítulo 5 intitulado Globalização e Sociedade do Século XXI: Dilemas e Perspectivas, especificamente no subtítulo Movimentos Sociais e Democracia.

No primeiro volume mencionado, Poder e Política, os autores começam o capítulo 1 falando sobre o desenvolvimento político desde a filosofia antiga no primeiro momento e depois no pensamento político moderno até o contemporâneo (BRAICK et al., 2021, p. 19). Algo importante para a compreensão do conceito de Democracia nos livros é o aspecto histórico ou cronológico a partir da Teoria Política, como é apontado por Schnekenberg e Bridi (2015, p.179)

O ponto alto da reflexão do capítulo 1 está no subtítulo O Projeto Democrático Contemporâneo (idem, p. 25 a 27) que traz o conceito de democracia utilizado pelos autores. O conceito contemporâneo de Democracia empregado é o do filósofo e jurista Norberto Bobbio que entende a Democracia como “um conjunto de regras (as chamadas regras do jogo) que consentem a mais ampla e segura participação da maior parte dos cidadãos, em forma direta ou indireta” (BOBBIO, 1983. p. 55-56).

Ainda no capítulo 1, na seção Democracia (p.47 a 54), os autores esclarecem como surgiu o termo democracia e ressaltam que existem diferentes concepções sobre o conceito. A atribuição de sentido para a palavra democracia vai está diretamente ligada às concepções ideológicas das pessoas, como é colocado: “Essas diferenças indicam que concepções de democracia sofrem influência de diversos matrizes ideológicos” (BRAICK et al., 2021, p. 47). Nesse sentido, é observado que o pensamento democrático mudou ao longo da sua trajetória, e os autores passaram a observar essa construção ao longo do tempo, até os dias atuais.

Para a reconstrução desse conceito os autores vão falar primeiramente das expressões históricas da Democracia no Ocidente. Eles destacam a Democracia Direta, Representativa e Participativa. No livro é apresentado o conceito de Democracia Direta que para eles “consiste na discussão, sem intermediários, das principais questões de interesse

comum” (BRAICK et al., 2021, p. 48). Na Democracia Representativa é destacado que “as deliberações coletivas não são tomadas diretamente pelos cidadãos, mas por representantes, pessoas eleitas para tal finalidade” (idem, p. 48). E na Democracia Participativa, por sua vez, “procura ampliar a participação cidadã nos assuntos públicos e reduzir a distância entre representantes e representados” (idem, p. 49).

De acordo com Lima (2014, p. 19 e 20), comentando sobre os movimentos sociais no livro didático, diz que a noção de interação da popular com o poder público sempre é impulsionada pela busca de direitos. Mas é preciso tomar cuidado para não confundir iniciativas de interação com o poder público com iniciativas egoístas ou sectárias que colocam seus interesses acima de tudo. Nesse sentido, Democracia Direta, Representativa e Participativa foi fruto de uma série de alterações ao longo do tempo que conforme as mudanças no modelo democrático do ocidente aconteciam também surgia novas formas de interação do povo com os seus governantes.

O livro trata da teoria democrática moderna, observando o começo do liberalismo político e da Teoria do Contrato Social para destacar a teoria da Democracia na contemporaneidade e abordar como a Democracia é desenvolvida a partir das doutrinas políticas. Os autores destacam Liberalismo e Democracia, Socialismo e Democracia e analisam o pluralismo e outras correntes atuais.

Para os autores, no regime liberal da democracia “o poder do Estado deve ser limitado, pois acreditam que a verdadeira democracia somente é alcançada com a menor interferência possível do Estado e das leis nesses direitos” (BRAICK et al., 2021, p. 52). Na doutrina socialista a questão democrática passa por questões diferentes do liberalismo, como é apontado “para a doutrina socialista, o sufrágio universal é apenas o ponto inicial do processo de democratização do Estado, enquanto para o liberalismo é o ponto de chegada” (idem, p. 53). A corrente pluralista está ligada às discussões mais contemporâneas sobre democracia que se preocupa em analisar praticamente como funciona um sistema democrático.

Assim, o livro traz a estruturação desse debate, a partir do conceito de democracia. As discussões sobre a construção desse termo são estruturadas com a busca por parte dos autores em relacionar como essa discussão da política influenciou na teorização acerca da democracia.

No volume intitulado Globalização, Emancipação e Cidadania a discussão sobre o conceito de Democracia está ligada à questão dos movimentos sociais. Os autores trabalhados nessa parte têm um direcionamento em

pensar sobre a ação social ou coletiva, como aponta Lima (2014) “na literatura sociológica acadêmica, os movimentos sociais são analisados no âmbito dos autores que pesquisaram/produziram/trabalham teoricamente com o conceito de ação social, ou ação social coletiva”.

No subtítulo Democracia, Cidadania e Direitos Humanos no Brasil (BRAICK et al, 2021, p. 116) os autores buscam iniciar a discussão olhando para o sistema político brasileiro, que para eles é considerado “uma poliarquia, ou seja, um sistema democrático” (idem, 116).

Para os autores o modelo democrático brasileiro traz brechas que possibilita a existência da distinção entre cidadania formal e cidadania real. Nas palavras dos autores “a cidadania formal é a que está presente nas leis, imprescindível para a liberdade e para as garantias individuais” (BRAICK et al, 2021, p. 117). Mas segundo eles “no Brasil, porém, a cidadania real, aquela do dia a dia, é marcada justamente pela situação contrária” (idem, p. 117). Nesse ponto, é importante destacar que a discussão feita por Oliveira e Engerroff (2016, p. 238), que a partir do contexto da redemocratização do Brasil é suscitado a questão da cidadania como elemento de inclusão do sujeito em sociedade para a consolidação de um projeto de sociedade democrática.

Diante disso, mesmo vivendo em um estado democrático de direito, o cidadão não tem garantia dos seus direitos conquistados e assegurados pela constituição. Para os autores a realidade do país é a de que “no Brasil a cidadania é hierarquizada, havendo uma minoria que tem acesso a todos os direitos previstos na cidadania formal” (BRAICK et al, 2021, p. 118). Nesse sentido, o livro trata dos movimentos sociais mostrando que os “movimentos sociais são, portanto, ações coletivas com o objetivo de manter ou de mudar uma situação” (BRAICK et al, 2021, p. 119).

Nesse contexto, os autores dizem que os movimentos sociais se constituem em “uma poderosa força de mudança social, que pode ser exercida “de baixo”, por meio de atividades construídas por pessoas comuns” (idem, p. 119). Esse pensamento vai em direção ao exposto por Oliveira e Engerroff (2016), nas suas análises sobre o conceito de cidadania nos livros didático, que abordam a relevância de “apontar a centralidade dos movimentos sociais no processo de alargamento e redefinição do exercício da cidadania”.

4. O CONCEITO DE DEMOCRACIA NOS LIVROS DIDÁTICOS DA EDITORA MODERNA USADOS NO PNL D 2018 E 2021

As duas edições dos livros didáticos da Editora Moderna abordam o conceito de Democracia. Nesse sentido, o trabalho agora consiste em comparar as edições do PNL D de 2018 e 2021 da Editora Moderna com o intuito de refletir sobre o tratamento dado a esse conceito a partir dos conteúdos destinados a matéria de Sociologia Escolar.

Para o pensador italiano Norberto Bobbio a reflexão sobre a Democracia Contemporânea tem aspectos de diferentes tradições políticas, como ele aborda: “Na teoria contemporânea da Democracia confluem três grandes tradições do pensamento político” (Bobbio, 1998. p. 319). Diante disso, para o autor é necessário o exame das tradições teóricas que possibilitaram a estruturação do conceito de Democracia, como é colocado por Bobbio:

O problema da Democracia, das suas características, de sua importância ou desimportância é, como se vê, antigo. Tão antigo quanto a reflexão sobre as coisas da política, tendo sido reproposto e reformulado em todas as épocas. De tal maneira isto é verdade, que um exame do debate contemporâneo em torno do conceito e do valor da Democracia não pode prescindir de uma referência, ainda que rápida, à tradição. (Bobbio, 1998. p. 320).

Nesse contexto, as duas edições tratam da conceituação do termo Democracia com uma reflexão a partir das tradições políticas que forjaram o percurso para a reflexão sobre a Democracia na contemporaneidade.

As primeiras discussões estão mais ligadas a uma questão filosófica-política. Nesse sentido os autores buscam discutir, seja no PNL D 2018 ou no 2021, sobre os primeiros pensadores no âmbito filosófico que se preocuparam com a questão da democracia como é colocado por Silva (et al., 2018, p. 22) e também Braick (et al., 2021, p. 19).

Como observado, a edição do PNL D 2018 traz a abordagem sobre as expressões históricas da Democracia no Ocidente suscita a discussão sobre Democracia Direta e Representativa, que menciona como as duas únicas expressões da democracia no ocidente (SILVA et al., 2018, p. 175). O modelo de democracia participativa é colocado como uma alternativa que derivou do modelo representativo, portanto, os autores não destacam o modelo participativo como uma das expressões históricas.

Na edição do PNLD 2021 além de tratar das expressões históricas da Democracia Direta e Representativa, os autores também refletem sobre o modelo Democrático Participativo, incluindo esse termo como uma expressão histórica da Democracia no Ocidente (BRAICK et al., 2021, p. 48). Nesse sentido, os textos trazem ênfases diferentes para entender as expressões históricas da Democracia.

Conforme visto anteriormente, a teoria democrática moderna é colocada de forma sintética nas duas edições. A edição do PNLD 2018 salienta que as teorias buscaram analisar a ideia de limitação do poder do soberano e a ampliação das liberdades individuais, enquanto a edição do PNLD 2021 trata da teoria democrática moderna observado o começo do liberalismo político e da Teoria do Contrato Social.

A preocupação de como a Democracia é desenvolvida a partir das doutrinas políticas no momento contemporâneo está presente na edição do PNLD 2021 (BRAICK et al., 2021, p. 52 e 53). Nesse sentido, os autores abordam como a democracia é desenvolvida a partir das doutrinas políticas e é destacado a preocupação com a doutrina Liberal e a Democracia, o Socialismo e a Democracia e também o Pluralismo e outras correntes atuais. O PNLD 2018 traz o diálogo sobre a doutrina marxista e o liberalismo e busca entender como essas vertentes políticas são tratadas para a conceituação política no período contemporâneo (SILVA et al., 2018, p. 178 e 179). Diante disso, é possível perceber que a edição 2021 traz um aprofundamento maior na relação das doutrinas políticas com a Democracia. A edição 2018 busca enfatizar mais sobre duas doutrinas políticas divergentes no cenário intelectual.

A preocupação com a Democracia no Brasil também é colocada. Em Silva (et al, 2018) e em Braick (et al, 2021) aparecem desenvolvimentos da noção de Democracia em nosso país. Nesse sentido, as duas edições concordam que o Brasil é uma poliarquia, ou seja, um sistema que tem características minimamente democráticas (BRAICK et al, 2021, p. 116 e SILVA et al., 2018, p. 187). Entretanto, é possível perceber que existe a preocupação com a efetivação dos direitos democráticos na sociedade brasileira. Em Braick (et al, 2021, p. 117) essa questão aparece com a discussão sobre cidadania formal e cidadania real. Em Silva (et al., 2018, p. 187) é exposta a importância das leis que garantem direitos aos cidadãos, entretanto, é afirmado que é necessário mais do que somente as regras constituídas para ser efetivado o regime

Assim, os livros trazem a estruturação desse debate, a partir do conceito de Democracia. Em seguida, o enfoque será em mostrar os principais

pensadores utilizados e como as suas ideias são retratadas na exposição dos escritores dos livros didáticos. Entendemos que é interessante compreender como esses indivíduos foram citados, e por isso, a exposição a partir de agora busca colocar as convicções destes pensadores para que possamos compreender a estruturação dos assuntos tratados nos livros.

É possível perceber que os pensadores Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau são utilizados pelas duas edições; Sociologia em Movimento (2018, p. 178) e Moderna Plus (2021, p. 51). Esses autores estão comumente associados as discussões sobre a teoria democrática moderna e suas ideias são localizadas no debate sobre a teoria do contrato social. Montesquieu também é citado, com ele a discussão é feita a partir da preocupação em criar um controle externo para garantir aos sistemas políticos o seu bom funcionamento.

O marxismo é abordado com Karl Marx e Friedrich Engels. Na edição Sociologia em Movimento (2018) é posta a preocupação da efetivação da Democracia em uma sociedade capitalista. Em Moderna Plus (2021) é feito um contraponto entre a doutrina dos liberais citando Alexis de Tocqueville e John Stuart Mill e o pensamento marxista, para mostrar que para Engels e Marx a preocupação com o sufrágio universal é somente o primeiro ponto na democratização do Estado, enquanto que para o liberalismo eles entendem como o ponto de chegada.

Os marxistas Antônio Gramsci e Rosa Luxemburgo também são explanados na edição do PNLD 2018, eles buscam a ampliação da participação popular e do controle nas decisões democráticas (p. 181). Entretanto, esses autores são citados na edição do PNLD 2021.

Os autores ligados as teorias contemporâneas sobre democracia são Schumpeter, Macpherso, Vilfredo Pareto, Gaetano Mosca, Robert Michels e Robert Dahl que se preocupam em analisar a partir de modelos operacionalizáveis como funciona um sistema democrático. Na edição Moderna Plus (2021, p. 54) eles também são identificados como a corrente pluralista das discussões contemporâneas sobre Democracia, na edição Sociologia em Movimento (2018, p. 182 e 183) eles são colocados apenas como estudiosos contemporâneos da Democracia.

A edição Moderna Plus (2021, p. 116 a 118) traz autores nacionais para falar de Democracia como José Murilo de Carvalho, Wanderley Guilherme dos Santos, Maria Victoria Benevides, Ignácio Cano. Nesse sentido, as discussões aqui levantadas são parecidas das suscitadas na edição do PNLD 2018 que também traz autores brasileiros para pensar o desenvolvimento da democracia em nosso país.

É importante salientar que não identificamos nenhum tratamento ideológico dado aos autores, assim como também costa na pesquisa sobre o conceito de estado nos livros didático feita por Hidaka e Vieira (2019, p.75) que na sua análise dos livros didáticos não constatou nenhum procedimento ideológico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos livros didáticos podemos perceber que ambas as edições dos livros da Editora Moderna seguem linhas semelhantes de tratamento do conceito de Democracia, mesmo que em certos momentos possamos identificar ênfases diferentes na conceituação desse termo de uma edição para a outra.

Estabelecendo uma comparação entre os livros didáticos analisados, foi possível identificar que as duas edições tratam da conceituação do termo Democracia com uma reflexão histórica a partir das tradições políticas que estiveram presentes durante o tempo e construíram esse conceito. Nesse sentido, em primeiro lugar buscamos entender o percurso histórico percorrido nas duas edições, e quais os principais destaques nesse percurso, e depois observamos os teóricos utilizados para dialogar sobre essa temática.

É possível perceber que os livros apresentam a formulação do termo Democracia se dá a partir da contribuição de vários momentos políticos e correntes teóricas diferentes. Nesse sentido, não é privilegiado uma visão política em detrimento das demais para a construção desse conceito, mas é colocado a importância das diferentes concepções para a construção da Democracia contemporânea.

Como observado, tanto a edição Moderna Plus, quanto a edição Sociologia em Movimento trouxeram autores nacionais para falar de Democracia o que podemos identificar como uma preocupação de também observar as discussões acerca desse termo olhando para a Democracia brasileira.

Esse trabalho propôs-se, então, a analisar brevemente essas duas edições do livro didático da Editora Moderna a partir do conceito de Democracia, demonstrando, por fim, que o conceito de Democracia, a partir do seu desenvolvimento até o momento presente, deve ser compreendido, analisado e discutido na atualidade. Visto que mesmo no momento presente podemos sofrer a perda do sistema democrático de direito que foi conquistado ao longo dos anos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2002.

BOBBIO, N. et al. Dicionário de política. 11. ed. Brasília: Editora UnB, 1998.

BOBBIO, N. Qual socialismo? – Discussão de uma alternativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

BRASIL. **Decreto nº 7.084**, de 27 de janeiro de 2010. Dispõe sobre os programas de material didático e dá outras providências. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7084.htm. Acesso em 09 de set. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 9.099**, de 18 de julho de 2017. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Brasília, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9099.htm#art29. Acesso em: 09 de set. 2021.

BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 93**, de 21 de dezembro de 1937. Cria o Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro, 1937.

BRASIL. **Lei nº 9.394/1996**, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 05 de set. 2021.

FNDE. **Histórico PNLD**. Brasília: FNDE, 2017. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/component/k2/item/518-hist%C3%B3rico>. Acesso em: 04 de set. 2021.

HIDAKA, Renato Kendy; VIEIRA, Rodrigo Moreira. O Conceito de Estado nos Livros Didáticos de Sociologia para o Ensino Médio. Colloquium Socialis, 2019.

LIMA, Vinícius Carvalho. Os Movimentos Sociais no Livro Didático de Sociologia: Ensinar sobre a luta ou ensinar a lutar? Perspectiva Sociológica, Nº13,1ºSEM. 2014.

MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld>. Acesso em: 04 de set. 2021.

OLIVEIRA, Amurabi Pereira; ENGERROFF, Ana Martina Baron. Cidadania e Ensino de Sociologia nos Manuais do Professor dos Livros Didáticos Aprovados no PNLD 2015. *Estudos de Sociologia*, 2(22): 2016. P. 235-271.

SCHNEKENBERG, Guilherme Fernando. A (ciência) política como saber escolar e os livros didáticos de sociologia do PNLD 2015. *sociologias plurais*, v. 5, p. 368-397, 2019.

SCHNEKENBERG, Guilherme Fernando; BRIDI, Maria Aparecida. A presença da (Ciência) Política e seus conceitos nos Livros Didáticos de Sociologia no PNLD 2015. *Em Tese*.v. 16 n. 1 (2019): Dossiê As ciências sociais e os manuais escolares.

SILVA, Afrânio et al. *Sociologia em movimento*. São Paulo: Moderna, 2018.

VALMORE, Fabiane Helene. *A Ciência Política no Brasil: Tema, Teoria e Método na percepção dos editores de sete periódicos nacionais (Qualis A1, A2 e B1)*. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.